

A Revolta do Forte de Copacabana: Uma análise do contexto histórico do Movimento Tenentista.

Gerson de Jesus Monteiro Junior¹

RESUMO: Este artigo aborda o contexto histórico que levou à Revolta do Forte de Copacabana e ao movimento tenentista no Brasil. Começa explicando o "voto do cabresto" e o coronelismo, práticas políticas que permitiam que oligarquias locais controlassem as eleições por meio de coerção e manipulação. Essas práticas levaram à concentração de poder nas mãos de políticos das regiões produtoras de café (São Paulo) e leite (Minas Gerais), conhecida como a política do "café com leite".

O movimento tenentista surgiu como uma resposta à crescente insatisfação entre os militares de baixa patente devido às condições precárias das forças armadas e à manipulação política. Os tenentes eram oficiais subalternos que buscavam reformar o sistema político do Brasil, que era marcado pela centralização de poder nas mãos das elites oligárquicas. Eles também defendiam o voto secreto e a moralização do sistema político.

A revolta do Forte de Copacabana ocorreu em 1922, quando os tenentes atacaram o forte como parte de seus esforços para desafiar o sistema político dominante. No entanto, a revolta foi reprimida pelas tropas legalistas e não teve sucesso. A estratégia inicial era evitar que Arthur Bernardes, o candidato apoiado pelas elites dominantes, concorresse às eleições presidenciais. Os tenentes acreditavam que apenas a luta armada poderia levar à mudança política.

A revolta também foi impulsionada pelas chamadas "cartas falsas", que foram divulgadas na imprensa e alegavam que Arthur Bernardes havia escrito cartas insultando os militares. Isso contribuiu para a revolta dos tenentes, aumentando o apoio da população ao movimento.

Embora a revolta tenha sido derrotada, ela teve um impacto duradouro no cenário político brasileiro. Os militares de baixa patente começaram a ganhar mais espaço e respeito na sociedade e eventualmente desempenharam um papel importante nas transformações políticas posteriores no Brasil.

Em resumo, o artigo analisa o contexto histórico que levou à Revolta do Forte de Copacabana e destaca o papel dos tenentes na luta contra o sistema político oligárquico do Brasil no início do século XX. Esses eventos moldaram o futuro político do país e contribuíram para o fortalecimento do papel dos militares nas décadas seguintes.

¹Policia militar do estado do Paraná, Especialista em segurança Pública e Acadêmico de história (faveni). <http://lattes.cnpq.br/7595025472726106>

PALAVRAS-CHAVE: Revolta do forte de Copacabana. Tenentismo. república do café com leite

ABSTRACT: This article addresses the historical context that led to the Fort Copacabana Revolt and the tenentist movement in Brazil. It begins by explaining the "voto do cabresto" (literally "bridle vote") and "coronelismo," political practices that allowed local oligarchies to control elections through coercion and manipulation. These practices led to the concentration of power in the hands of politicians from the coffee-producing (São Paulo) and milk-producing (Minas Gerais) regions, known as the "coffee with milk" politics.

The tenentist movement emerged as a response to the growing dissatisfaction among low-ranking military officers due to the poor conditions of the armed forces and political manipulation. The tenentes were junior officers who aimed to reform Brazil's political system, which was characterized by the centralization of power in the hands of oligarchic elites. They also advocated for secret voting and the moralization of the political system.

The Fort Copacabana Revolt took place in 1922 when the tenentes attacked the fort as part of their efforts to challenge the dominant political system. However, the revolt was suppressed by loyalist troops and did not succeed. The initial strategy was to prevent Arthur Bernardes, the candidate supported by the ruling elites, from running in the presidential elections. The tenentes believed that only armed struggle could bring about political change.

The revolt was also fueled by the so-called "false letters" that were circulated in the press, alleging that Arthur Bernardes had written letters insulting the military. This contributed to the tenentes' revolt and increased public support for the movement.

Although the revolt was defeated, it had a lasting impact on the Brazilian political landscape. Low-ranking military officers began to gain more prominence and respect in society and eventually played a significant role in subsequent political transformations in Brazil.

In summary, the article analyzes the historical context that led to the Fort Copacabana Revolt and highlights the role of the tenentes in challenging Brazil's oligarchic political system in the early 20th century. These events shaped the country's political future and contributed to the strengthening of the military's role in the decades that followed.

KEYWORDS: Copacabana fort. Coffee and milk republic.

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão tem por objetivo demonstrar de forma simplificada, o que era o voto do cabresto e coronelismo, apresentar seus aspectos e peculiaridades, que serviram de motivação para o movimento tenentista, onde os militares se amotinaram para lutar contra esse totalitarismo, e tentar modificar a forma com que mantinham-se no poder os políticos da república do "café com leite",

onde minas gerais e São Paulo revezavam o poder, mantendo assim o país da forma que queriam, o governo mantinha os coronéis cada vez mais ricos e poderosos, que por sua vez, escolhiam os governantes, o voto era aberto, então não se poderia votar sem que os senhores coronéis soubessem, era um ciclo que se mantinha por muitos anos até que os militares se organizaram para impedir e tentar quebrar esse ciclo, consequentemente os militares revoltosos atacaram o forte de Copacabana e em 1922 foram derrotados.

O VOTO DO CABRESTO.

Durante o período do coronelismo, os comerciantes, líderes comunitários, e os grandes proprietários de terra dominavam as eleições, apoiavam um candidato, e obrigavam seus subordinados, funcionários e demais pessoas próximas a votarem no candidato escolhido, Isso porque, até então, as eleições eram totalmente manipuladas pelas oligarquias regionais, via de regra, favorecidas pelos coronéis – título concedido aos grandes proprietários rurais e de escravos, que detinham o poder econômico à época, quando da formação da Guarda Nacional, em 1831 (DE OLIVEIRA Apud DANNEMANN, 2008). era utilizado compra de votos e coação física e moral para obter sempre o resultado positivo nas eleições este voto dirigido ficou conhecido popularmente como “voto do cabresto”, Conforme DE OLIVEIRA Apud FAORO (1991) “Os coronéis, por seu turno, exerciam total controle sobre seus eleitores, uma vez que não existia a prática do voto secreto”. esse período foi marcado por muita crueldade e barbáries, “Além do recurso às costumeiras práticas fraudulentas, os candidatos se empenharam na disputa do voto, procurando ampliar sua base eleitoral” (DE CARVALHO, 2020 p. 431), quem detivesse o poder precisava se manter nele, então cada vez mais os Coronéis aumentavam sempre sua dominância sobre o povo.

Todos os eleitores eram forçados a votar em quem à elite ordenava, todos que tivessem direito ao voto seguia a orientação dos seus “superiores sociais” seja por interesse ou por medo, ou em troca de algum bem ou valor pecuniário, “[...] induz o eleitorado de sua região a votar nos candidatos por ele escolhidos em troca de favores, prestígio ou emprego público. O povo sofria com a miséria, a falta de terras e de água. Os coronéis possuíam grandes propriedades com grandes poços de águas, além de grande influência sobre os chefes políticos, podendo oferecer ao povo, em troca do voto, cargos públicos e demais benesses.” (DE OLIVEIRA, 2016 p. 74).

As Mulheres ainda não tinham direito ao voto “A Constituição não fazia referência quanto ao voto das mulheres, mas, igualmente à fase imperial, elas estavam excluídas por motivos sociais”. DE OLIVEIRA (2016).

A POLÍTICA DO “CAFÉ COM LEITE”

No período de 1894 a 1910, perdurou no Brasil a chamada política do café com leite, que recebeu este nome devido aos estados de Minas Gerais e São Paulo serem Grandes produtores de Café e leite, basicamente eram os dois estados mais poderosos economicamente e consequentemente os mais fortes politicamente também.

Já a política do café-com-leite foi consequência da dominação das oligarquias. Neste contexto, fora formada uma aliança entre São Paulo, mais forte economicamente e maior produtor de café, e Minas Gerais, maior polo eleitoral e maior produtor de leite, culminando com a dominação da política nacional por parte destes Estados durante boa parte da Primeira República. (DE OLIVEIRA, 2016 p. 72)

Conforme DE OLIVEIRA (2016) “Nesse regime, revezavam-se na presidência da República representantes do Partido Republicano Paulista (PRP), com o apoio dos mineiros, e do Partido Republicano Mineiro (PRM), com o apoio dos paulistas” ou seja, a união dos governantes Paulistas e Mineiros, escolhia um candidato a presidência e ambos os estados o elegiam, por meio de eleições direcionadas, manipuladas pelos coronéis e revezavam-se no poder sempre um candidato paulista e posteriormente um candidato mineiro, apenas em 1910 com a eleição de Hermes da Fonseca, que era gaúcho em 1910, quebrou a constância da política do café com leite, uma vez que se tratava de um candidato militar que não era nem paulista e nem mineiro.

O MOVIMENTO TENENTISTA.

O movimento tenentista teve essa nomenclatura devido ser composto por oficiais de baixa patente na maioria tenentes e praças, a revolta deles teve início pelas más condições de trabalhos e descaso do governo federal para com as forças armadas.

O decreto no 330, de 12 de abril de 1890 promulga o regulamento que reorganiza o ensino militar adequando-o aos novos tempos republicanos. Assinado pelo Ministro da Guerra Benjamin Constant e pelo chefe do governo provisório marechal Deodoro da Fonseca, o decreto explicitava o novo sentido do ensino militar dando destaque a condição do soldado como cidadão armado e munido de uma educação científica que o habilita para exercer seus deveres não apenas militares, como sociais também. (MARCUSO 2015)

Originou-se nesta época o termo: “soldado Cidadão” que consistia em ensinar na escola militar os valores de cidadão, e não somente valores militares, ou seja, o militar além de todo o seu treinamento militar preparatório para situações reais de guerra, ainda se era ministrado aulas referentes a cidadania visando preparar também o indivíduo para que vivesse em sociedade e soubesse se portar, incluindo a ciência de seus deveres e direitos.

Quanto mais se aprofundava a formação técnica dos militares, maior também era a coesão entre seus membros. Esse aspecto, que o autor chama de espírito de corpo, seria o principal responsável pela crescente institucionalização das forças armadas e, conseqüentemente, o fator que motivou a busca de maiores espaços de interferência e participação política dos membros do Exército na sociedade. (FAGUNDES Apud CARVALHO, 2005).

Vendo dessa forma, o soldado brasileiro estaria preparado para aperfeiçoamento da arte da guerra sem desviá-lo dos seus deveres como cidadão. (VITOR, 2020 p. 64).

Com o Regulamento Militar de 1913, criou-se a Escola Militar do Realengo, Instituição de formação de oficiais de onde saíram alguns dos principais líderes do movimento tenentista, como Luiz Carlos Prestes, Juarez Távora e Antônio de Siqueira Campos. Buscava-se com a nova escola construir a formação dos oficiais de modo a aliar uma sólida formação teórica com a prática. Entretanto, velhos problemas enfrentados pela corporação desde o século XIX, como as condições precárias de infraestrutura, continuavam existindo. (VITOR, 2020 p. 64)

O movimento tenentista teve início na escola de realengo, no Rio de Janeiro e basicamente tinha por objetivo inicial lutar contra o voto do cabresto, o coronelismo bem como contra as condições sucateadas do exército na época, “Situações como esta seriam exploradas por oficiais descontentes com as condições materiais do Exército tanto nos movimentos de 1924 quanto em 1925 e 1930” (COELHO, 2000).

O início da década de 1920 no Brasil foi um período marcado por um processo cada vez mais evidente em relação às contradições do sistema republicano, especialmente do ponto de vista político e econômico. A manutenção da política dos governadores e a centralização das decisões com o comando da República concentrado e alternado apenas com representantes da região sudeste do país, além de um processo eleitoral fraudulento e excludente, fazia com que as fissuras do sistema implantado em 1889 ficassem cada vez mais evidentes. (VITOR, 2020 p. 67).

Evidentemente, que o País era governado apenas pelo sudeste, a política do “Café com Leite”, era tão forte que o Brasil ficava politicamente “de joelhos” para dois estados mais fortes, e todos os outros apenas assistiam não tinham voz nem poder para modificar esse formato, o regime que perdurava se mostrava bem fraudulento e imposto pelo totalitarismo social que emanava dos mais poderosos e os menos favorecidos, eram apenas número e massa de manobra, serviam para enriquecer e empoderar cada vez mais os senhores dominantes, e os militares acreditavam que poderiam rebater esse sistema, Para VITOR, (2020) “Além de disporem das armas, estavam organizados em uma instituição de caráter nacional estabelecendo contatos por todo o país. Tinham também um nível cultural acima da média, o que lhes facilitava assumir a liderança das massas urbanas”.

Em 1922, a leitura do Brasil restringia-se ao olhar da caserna para fora, ou seja, da instituição militar para a situação política do regime oligárquico. Embora tenham irrompido de um cenário social conturbado, os militares que subverteram no Forte de Copacabana tinham como pretensão a defesa corporativa em retaliação ao então candidato à presidência da República, Artur Bernardes, utilizando-se de um confronto direto com a oligarquia dominante. (VIVIANI, 2009 p. 13).

No ano de 1922 o candidato Artur Bernardes era o escolhido dos estados “café com Leite”, seria escolhido para suceder o então presidente em exercício Epitácio Pessoa, porém o Movimento tenentista ganhava força entre os milicianos e tinha por objetivo inicial evitar que Arthur Bernardes concorresse às eleições, “Os tenentes entendiam que o uso da luta armada seria o único caminho possível para a tomada do poder político, por isso, a ação dos tenentes foi rápida e violenta”. (FAGUNDES, 2010 p.132).

O objetivo do movimento era a deposição do presidente Artur Bernardes, além das mesmas bandeiras levantadas em 1922 relacionadas à estrutura e condições das Forças Armadas. Também se continuava a oposição ao sistema republicano baseado no controle das elites políticas e econômicas, reivindicava-se o voto secreto e a moralização do sistema político. (VITOR, 2020 p. 70).

Devido a falta de amparo às forças Armadas, onde não se tinha a mínima estrutura para continuar funcionando, onde estavam praticamente sucateadas, o presidente indicado pela elite, então Bernardes era tratado com grande hostilidade entre os militares, estes eram vistos como o último recurso contra o sistema, “Utilizava-se a ideia de que eles representavam uma força regeneradora que haveria de retomar a moralidade das instituições, algo que era recorrente em outros manifestos e cartas trocadas entre os rebeldes” (VITOR, 2020 p. 71), Por mais que não fosse tão poderoso quanto se achavam que eram, os militares rebelados acreditavam poder colocar fim à dominância da elite, e conseguir uma eleição justa democrática, de alguém que pudesse olhar por eles e os representar.

Se durante muito tempo o Exército foi encarado como um “antro de desordeiros e bandidos” essa situação sofreu uma substancial modificação a partir de uma série de iniciativas que pretendiam qualificar, equipar e formar as Forças Armadas brasileiras. Dentre essas iniciativas duas teriam sido fundamentais para ampliar e dar maior capacidade técnica para os militares: os Jovens Turcos (estágio de oficiais brasileiros na Alemanha) e a missão francesa no Brasil. (FAGUNDES, 2010 p. 130).

No entanto, houve um projeto onde oficiais brasileiros estagiaram na Alemanha, e alguns franceses no Brasil, isso fez com que a imagem marginalizada dos militares desse espaço para uma imagem mais honrosa, e tecnicamente iniciou-se uma grande fase de capacitação dos militares.

Apesar de conseguirem controlar a capital (São Paulo) os tenentes foram duramente atacados pelas forças leais ao presidente da república. Após várias semanas de combates, os tenentes, que esperavam apoio de outras tropas que deveriam ter se rebelado pelo país, receberam um ultimato das tropas do governo para se retirarem de São Paulo ou então a cidade seria bombardeada. (FAGUNDES, 2020 p. 132).

A maneira como Bernardes tratou os opositores, principalmente os militares, com a prisão, a expulsão do Exército e a negação da anistia reforçou a sensação da impossibilidade de uma saída legal e da necessidade de reforma da Constituição, que antes diziam defender (DE CARVALHO Apud CARONE, 1975).

AS CARTAS FALSAS.

Em 1921, a frente republicana composta pelos Estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro apoiaram Nilo Peçanha para a presidência da república, no intuito de romper com a política oligárquica paulista/mineira (TEIXEIRA, 2022 p. 03), dessa forma, Nilo Peçanha iria concorrer com Arthur Bernardes, e a vantagem devido ao poder econômico e político

dos estados de Minas Gerais e São Paulo, era total de Bernardes, e sua vitória era quase que certa, porém a imprensa na época tinha um grande impacto político.

A pressão sobre o governo aumentou após Eptácio Pessoa indicar para sua sucessão o até então Presidente de Minas Gerais, Artur Bernardes. A indicação causou revolta nas classes militares intermediárias, que viam em Artur Bernardes um representante da velha oligarquia mineira. Em resposta, os militares orquestraram o episódio conhecido como “cartas falsas”, como estratégia para desgastar a imagem de Artur Bernardes para com as Forças Armadas, atribuindo a ele uma personalidade de “inimigo do exército” (TEIXEIRA, 2022 p. 03).

E a estratégia de espalhar falsas cartas publicadas em jornal para que a imagem do candidato mineiro fosse manchada, deu certo, funcionou ainda melhor que o esperado, mesmo após desmentidas pelo próprio Arthur Bernardes, sua reputação continuou maculada.

A imprensa foi, durante a década de 20, um dos principais canais de expressão do reformismo e inconformismo existentes com a situação política reinante. Apesar da existência de inúmeros jornais fiéis ao governo, havia uma significativa imprensa oposicionista que representava um espaço para uma luta simbólica onde os interesses e ideais reprimidos podiam se manifestar (TORRES, 2010 p. 24).

Esses jornais opositores do governo eram a única forma de divulgação em favor dos revoltosos, e as “fake News” que foram espalhadas pelo Correio da Manhã serviam de estopim para potencializar e acelerar o movimento.

O caso das cartas falsas, devemos lembrar, foi quando o Correio da Manhã divulgou cartas que supostamente teriam sido escritas pelo próprio Arthur Bernardes. Estas cartas teriam um conteúdo que atacaria Nilo Peçanha, Eptácio Pessoa e especialmente as forças armadas. Sua repercussão foi imensa, aumentando a base de apoio da Reação Republicana. (TORRES, 2010 p. 27).

Os Impressos eram a alma da imprensa brasileira, tendo em vista que o rádio ainda não estava presente no país, O jornal O Correio da Manhã, era um periódico de muita repercussão e impacto político.

O Rádio somente chegaria ao País em meados da década de 20 e ainda precisaria de alguns anos para se difundir efetivamente. O cinema havia chegado ao País alguns anos antes do Rádio, mas necessitava de aperfeiçoamentos tecnológicos e não tinha se propagado pelo País, da mesma forma que a Imprensa escrita. Portanto, o peso político dos jornais naquele período era muito grande, maior do que nós habitualmente poderíamos conceber (TORRES, 2010 p. 27).

O Correio da Manhã publicou diversas cartas supostamente escritas por Arthur Bernardes, onde ele insultava vários militares, ofendiam diretamente ao General Hermes da Fonseca e aos demais apoiadores dele.

O episódio das Cartas Falsas funcionou como uma nova “Questão Militar” e catalisou um apoio mais generalizado dos militares à Reação Republicana (Ibidem). Trazidas à tona pelo jornal oposicionista *Correio da Manhã*, em outubro de 1921, as cartas teriam sido escritas por Artur Bernardes e portavam ofensas diretas a Hermes da Fonseca e a demais oficiais e praças apoiadores. (DE CARVALHO, 2020 p. 432).

Veja abaixo o teor de uma das cartas que teriam sido escritas pelo candidato “Café com Leite”;

Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargento sem compostura, aos seus apaniguados e de tudo o que nessa orgia se passou. Espero que use toda a energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois esse canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina [...] A situação não admite contemporizações: os que forem venais, que é quase a totalidade, comprá-los com seus bordados e galões (FAUSTO, 1995, p. 306).

A repercussão das Fake News em questão, criou uma grande desaprovação da população do Rio de Janeiro para com Bernardes, acreditando-se que ele teria escrito tais cartas, “A revolta dos militares encontrou apoio da população carioca. Uma semana depois da publicação das cartas, Bernardes viajou ao Rio de Janeiro para ler sua plataforma de governo. Foi recebido com uma chuva de tomates e ovos podres”. (TORREZAM, 2007, p. 11). Após ser eleito Arthur Bernardes puniu severamente os militares amotinados, todos os revoltosos “A maneira como Bernardes tratou os opositores, principalmente os militares, com a prisão, a expulsão do Exército e a negação da anistia reforçou a sensação da impossibilidade de uma saída legal e da necessidade de reforma da Constituição, que antes diziam defender” (CARONE, 1975).

O Presidente após toda a história das cartas negou que tenha escrito uma sequer, apontou que vários erros de grafia que ele próprio não cometeria para tentar provar que não se tratava do autor e ao ser questionado sobre autoria das cartas, Arthur Bernardes defendeu-se apontando erros de português na escrita delas afirmando: “Meu pai, português severo, nunca me permitiria coisas desse tipo” (HISTÓRIA DO BRASIL, 1970, p.160).

A REVOLTA DO FORTE DE COPACABANA

Marechal Hermes teve sua prisão decretada no dia 05 de junho de 1922, acusado de conspiração contra a pátria, e seu filho Euclides, comandou a revolta do forte de Copacabana, onde os revoltosos atacaram a fortaleza, bombardeando a baía de Guanabara.

Para NUNES (2019) ninguém seria capaz de deter o estopim do movimento tenentista. No Forte de Copacabana, o comandante e filho de Hermes da Fonseca – Euclides Hermes da Fonseca – avisou que a fortaleza iria se revoltar, na mesma data, precisamente à 01 hora da manhã, segundo entrevista de Delson da Fonseca, que foi um militar presente no forte de Copacabana no dia da revolta e foi entrevistado por NUNES em 2019.

Horas após o início do levante, Delso da Fonseca se recolheu dentro da cúpula do 190mm para repousar. Seus companheiros, Silvino Elvídio e Euclides Hermes aprontaram o canhão e refizeram, cuidadosamente, os cálculos. Ambos pretendiam atingir o Quartel-general do Exército, na ala esquerda, com a esperança de que o projétil lançado destruísse a sala e a mesa onde fora assinada a prisão do marechal Hermes. (NUNES, 2019 p. 12).

Para NUNES (2019) “O clima tornava-se mais tenso e os revolucionários se alimentavam com bravura em excesso”, O espírito e corpo presente na caserna faz com que os militares lutem até a morte uns pelos outros e não se entregue jamais, e esse espírito militar alimentou a sede de revolução dos militares revoltados.

De acordo com Hélio Silva e Glauco Carneiro, o tiro que acordou a capital federal às 1h20 da madrugada do dia 5 de julho partiu da cúpula do canhão 190mm, destoando do relato de Delso da Fonseca, no qual afirma que era comandante da cúpula do canhão 150mm, onde liderava 32 homens, e foi o artilheiro responsável pelo primeiro disparo do levante, em direção à Ilha de Cotunduba, como sinal de sublevação, tendo como alvo posterior o Quartel-General do Exército onde desferiu quatro tiros. (NUNES, 2019 p. 11).

Delso da Fonseca, durante a revolta do forte, não participou da chamada marcha dos 18 do forte de Copacabana, teria se rendido e foi preso, acabou cumprindo sua pena em Ilha Grande escapou da prisão em 1925.

O tiro partiu e alcançou os fundos da Light & Power – multinacional responsável pelo funcionamento dos bondes e fornecimento de eletricidade – na rua Barão Félix, vitimando Maria da Graça Monteiro, de 24 anos de idade, seu filho Manoel, de dois anos e um empregado da light, Alberto Alvares Gomes, soterrado pelos escombros. (NUNES, 2019 p. 12).

Pandiá Calógeras era um civil que ocupava o cargo de ministro da guerra no governo Epiácio Pessoa, ficou responsável de tentar dialogar com o capitão Hermes e pleitear o fim da revolta.

No Forte, Calógeras propôs ao capitão Euclides Hermes um diálogo visando o fim do levante. “Chiru”, apelido colocado pelo marechal Hermes, após conversas com os oficiais da Fortaleza, onde os mesmos justificaram o fato de Euclides possuir família, se retirou da mesma, ficaram no Forte os oficiais Eduardo Gomes, Nilton Prado e Mário Carpenter, dois sargentos-eletricistas, um cabo, algumas praças e quatro civis, resultando em 28 pessoas (NUNES, 2019 p. 14).

Os Militares de alta patente não aderiram ao movimento tenentista, o nome veio devido a isso, apenas os oficiais subalternos e praças compunham o exército que batia de frente ao governo, ao lado do governo estavam os oficiais de alta patente bem como a tropa legalista fiel ao presidente, o capitão Euclides Hermes da Fonseca recebeu ultimato do ministro da guerra Pandiá Calógeras, para que se rendesse e que colocasse fim ao movimento, onde após uma longa conversa Euclides rendeu-se e foi levado como preso por Calógeras.

Euclides, encontrando-se preso, após se reunir com Calógeras e definir termos, transmitiu a ordem de rendição imediata ao Forte de Copacabana. Os oficiais liderados por Siqueira Campos – que queria explodir o Forte com todos dentro –, ao receberem a ordem vinda diretamente do seu comandante, resolveram abandoná-lo visando a preservação do mesmo e a integridade do bairro de Copacabana, bem como o enfrentamento com as tropas legalistas (NUNES, 2019 p. 14).

Após a rendição de Euclides, este deu ordem para que os revoltosos abandonassem o forte e se entregassem às tropas legalistas, propondo assim o fim da revolta, onde os tenentistas desistiram de explodir o forte, a explosão causaria grandes danos a cidade.

Após o fim do ataque ao forte, a bandeira Nacional foi partida em 28 pedaços representando os últimos 28 homens ainda vivos e não rendidos, que o fragmento do capitão Euclides foi também contabilizado.

A bandeira do forte foi fragmentada em vinte e oito pedaços, destinados a cada militar que restara e ao capitão Euclides Hermes, que se encontrava preso. Com a polvorosa marcha, se juntou ao grupo o civil Octavio Correia, que morava em Paris e passava férias no Rio. E, assim, iniciaram a marcha da morte pela avenida Atlântica, aos gritos de “Viva o Exército, viva o marechal Hermes, vivam os defensores do Forte de Copacabana”, sendo respondidos pelos populares que os acompanhavam” (NUNES Apud SILVA, 2004, p.105).

Porém desses 28 revoltosos, 17 apenas restaram a marchar pela avenida atlântica, em uma marcha para a morte, quando um civil de nome Octávio Correia se juntou soa militares, ainda para NUNES (2019) “Voluntários da morte buscavam um fim honroso para suas carreiras militares. Esse fim se originou no encontro entre os revoltosos e as forças legalistas: dezoito homens enfurecidos e cheios de coragem contra aproximadamente 3.000 soldados”.

Heroicamente os 18 do forte de Copacabana, que receberam essa denominação pelos jornais da época, marcharam para a morte certa, foram aniquilados por aproximadamente 3 mil soldados que compunham a tropa do governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca do que visualizamos no trabalho, muitos fatores foram causadores do movimento tenentista e posteriormente da revolta de Copacabana, desde a situação social que o país vivia, onde eram dominados pelo Coronelismo e pela situação política de “sempre os mesmos”, onde o voto do cabresto garantiam a continuidade da política do “Café com Leite” fazendo com que o país todo fosse representado por São Paulo e Minas Gerais, somado com as más condições em que as forças armadas se encontravam, praticamente abandonadas financeiramente pelo governo ano após ano, presidente após presidente e nada mudava, os então militares de baixa patente como eram chamados, criaram o movimento tenentista que foi uma grande revolta contra o governo, ganharam muito apoio popular e eram vistos como única esperança para mudar o cenário que perdurava.

Os revoltados atacaram o forte de Copacabana em 1922, porém foram facilmente derrotados pelas tropas legalistas, os últimos sobreviventes 28 já com seu líder Euclides, preso, acabaram marchando para morte restando apenas 17 militares e 1 civil, foram brutalmente derrotados e mortos na via pública.

Podemos concluir que na época as cartas falsas de Bernardes foram a peça chave para que tudo ocorresse da forma que ocorreu, esse modelo de “Fake News” foi crucial para que o movimento tenentista e os opositores de Arthur Bernardes pudessem ter força suficiente para desencadear a Revolta.

Referências Bibliográficas:

Bernardo, J. da S. (2019). O FIM “MELANCÓLICO” DA “REPÚBLICA DO CAFÉ COM LEITE” (1922-1930). **Das Amazonas**, 2(1), 17–30. Acesso em 12. Out.22 disponível em:

HYPERLINK "<https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3065>" \h
<https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3065>

CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. **História geral da civilização brasileira**, v. 3, p. 180-234, 1977.

COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: **Record**, 2000.

DE CARVALHO MACEDO, Allony Rezende. Passado, presente e futuro: revisitando as origens do Tenentismo e o nacionalismo autoritário das décadas de 1910 e 1920. **Revista Crítica Histórica**, v. 11, n. 21, p. 417-446, 2020. Acesso em 12. Out.22 disponível em:
HYPERLINK "<https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/10053>" \h
<https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/10053>

DE OLIVEIRA, Carmen Gabrielli Ferreira; PEREIRA, William Eufrásio Nunes. Coronelismo e direito eleitoral na Velha República. **Revista INTERFACE-UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506**, v.13, n.2, 2016. Acesso em 12.Out.22 disponível em:
<https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/715>

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Movimento Tenentista: um debate historiográfico. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 108, p. 127-133, 2010. Acesso em 12. Out.22 disponível em:
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9223>

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1995. História do Brasil – Grandes Personagens, a vida e a obra dos homens que fizeram a história. Arthur Bernardes – o começo do fim da República Velha. Fascículo 48. São Paulo: Abril Cultural, 1970.

NUNES, Julio Cesar Alves Pereira. A GÊNESE DO MOVIMENTO TENENTISTA E O “PRIMEIRO 5 DE JULHO”. 30º Simpósio Nacional de História Recife: **Associação Nacional de História** – ANPUH-Brasil, 2019. Acesso em 13.Out.22 disponível em:

https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553191639_ARQUIVO_ARTIGOJULIO ESAR-ANPUH.pdf

VITOR, Amilcar Guidolim. A gênese do tenentismo no Brasil e as revoltas tenentistas na Primeira República. Vozes, Pretérito & Devir: **Revista de história da UESPI**, v. 10, n. 1, p. 59-78, 2020. Acesso em 12.Out.22 disponível em:

<http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/238>

VIVIANI, Fabrícia Carla. A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932). Repositório Institucional UFSCar 2009. Acesso em 12. Out.22 disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/970>

TEIXEIRA, M. (2022). Julho de 1924: a “Revolta Esquecida” na cidade de São Paulo.

Revista de História da UEG, 11(01), e 112213. Acesso em 12. Out.22 disponível em:

<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/12308>

<https://doi.org/10.31668/revistaueg.v11i01.12308>

TORRES, Pedro Henrique Lessa et al. **A estratégia política do Correio da Manhã na campanha presidencial de 1922**. 2010. Acesso em 12. Out.22 disponível em:

<https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/13180>

TORREZAN, Alexandre. A contrapropaganda como arma na campanha eleitoral de 1922 à presidência do Brasil. In: **V Congresso Nacional de História da Mídia**, São Paulo. 2007.

Acesso em 12. Out. 22 disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0103-1.pdf>